

Partido Popular

CDS-PP

Grupo Parlamentar



MEMORIE SE, PUBLICITE SE
E AVISEM SE
98/10/29
[Handwritten signature]

[Handwritten notes]
Presidente da A. R. P. O. DAPVEN
e Gest. SGO. PAP 98.X-27

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

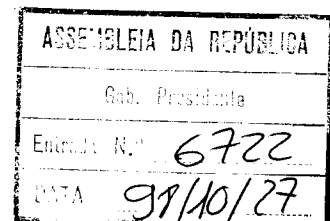
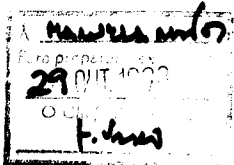
[Handwritten signature]

REQUERIMENTO N° 127/VII (4.a) - AC
(Ministério da Justiça)

1. Depois de muitos atrasos e algumas peripécias foi finalmente inaugurado, há cerca de um ano e meio, o novo edifício do Tribunal Judicial da Marinha Grande;
2. O novo edifício era suposto responder às deficientes condições de trabalho existentes no antigo edifício, permitindo a magistrados, advogados e funcionários o exercício condigno das suas funções;
3. Infelizmente, decorrido que é tão pouco tempo sobre a inauguração do novo edifício, começam a avolumar-se as queixas de todos os que frequentam o Tribunal;
4. O maior problema, e também causador das maiores queixas, reside na exiguidade dos espaços e na necessidade de mais salas de audiência, o que é absolutamente inaceitável, visto tratar-se de um edifício novo, supostamente concebido para satisfazer a instalação condigna dos actuais serviços judiciais.

Face ao exposto, questiona-se:

A- O projecto de ampliação do edifício do Tribunal Judicial da Marinha Grande teve em conta tão só a dimensão dos actuais serviços ou, pelo contrário, contemplou a necessidade de esses serviços poderem aumentar a curto prazo?

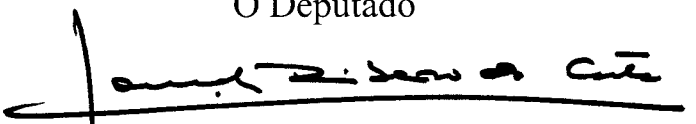


B - Face ao actual movimento judicial da comarca da Marinha Grande, projecta o Ministério da Justiça dotar o Tribunal Judicial com novos Juizes e mais magistrados, efectivos e auxiliares?

C - Caso venham a ser aumentados os actuais Serviços, como pretende o Ministério da Justiça instalá-los com condições condignas?

S: Bento, 27 de Outubro de 1998

O Deputado



(Gonçalo Ribeiro da Costa)